



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



**CONCURSO / Edital n. 01/2009**

**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO**

**DO ESTADO DE MINAS GERAIS/2009**

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.**

**Elas fazem parte da sua prova**

---

Este caderno contém as questões da prova objetiva versando sobre as seguintes matérias: (Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Empresarial, Direito Constitucional e Direito Administrativo).

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, seu número de inscrição e o cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

**NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

O tempo de duração da prova abrange, inclusive, o tempo necessário para a transcrição das respostas do caderno de provas para a **Folha de Respostas**.

Ao terminar a prova, devolva ao fiscal da sala o **Caderno de Questões** junto com a **Folha de Respostas** devidamente preenchida.

**ATENÇÃO:** Nos termos do Edital n. 01/2009, “Durante o período de realização da prova objetiva [...] não serão permitidos: o **uso ou porte, mesmo que desligados, telefone celular, relógio digital** [...] ou qualquer outro equipamento eletrônico [...]; o porte de arma [...] documento oficial de licença [...]” (item 5, alíneas c e d).

---

**DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: CINCO HORAS**

## DIREITO CIVIL

### Questão 1

Relativamente aos Direitos da Personalidade, o art. 12 do Código Civil, sem indicar o sujeito da ação, textualmente dispõe que se pode exigir *que cesse a ameaça, ou lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízos de outras sanções previstas em lei.*

No contexto do mencionado artigo, marque a opção **CORRETA**.

- A) A indeterminação do sujeito na oração do art. 12 do Código Civil tem por intuito não confundir o sujeito do direito da personalidade com o objeto do direito protegido, mas, objetivamente, o que se protege são somente direitos da personalidade avaliáveis economicamente.
- B) Quando o mencionado artigo dispõe sobre a cessação de ameaça ou lesão a direitos da personalidade, está a referir-se a direitos da personalidade objetivados no Código Civil, possibilitando a reparação material da lesão.
- C) O Código Civil não especifica de modo taxativo os direitos da personalidade. Não havendo tipificação, tem-se que o art. 12 do Código Civil elege praticamente uma cláusula genérica de proteção dos direitos da personalidade, que será integrada com os dispositivos constitucionais de proteção à honra, à imagem, ao direito à privacidade, ao nome, à integridade e à dignidade da pessoa humana, sem prejuízo da aplicação de leis especiais.
- D) Sendo considerados os direitos da personalidade direitos subjetivos, que decorrem de previsão legal, somente serão considerados como objeto de ameaça ou de lesão direitos tipificados em lei.

### Questão 2

O domicílio é um dos atributos da personalidade. É a localização da pessoa no espaço. O lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo (art. 70 do Código Civil). Tendo diversas residências, onde alternadamente viva, o seu domicílio será considerado o lugar de qualquer uma delas (art. 71 do Código Civil). Não tendo residência, o domicílio da pessoa natural será o do local em que for encontrada (art. 73 do Código Civil).

Diante das hipóteses acima elencadas, aponte a afirmação **CORRETA**.

- A) Quando fixado pela lei, o domicílio é um fato jurídico. Quando não fixado por lei, é um ato jurídico em senso estrito, por expressar uma manifestação voluntária do sujeito, relativamente ao local onde estabelece sua residência com caráter definitivo.
- B) A fixação do domicílio é sempre um ato jurídico *stricto sensu*, decorrendo, em todas as hipóteses elencadas no enunciado, sempre, do ânimo da pessoa relativamente ao lugar onde estabeleceu a sua residência.
- C) O domicílio decorre sempre de uma relação de fato entre a pessoa e o lugar. Então, domicílio e residência devem sempre coincidir.
- D) O direito brasileiro não admite a pluralidade de domicílio.

### Questão 3

“Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal” (art. 92 do Código Civil).

A lei estabelece um vínculo entre o bem principal e o acessório. Relativamente a este último, o bem acessório, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A relação de acessoriedade só existe entre coisas.
- B) A relação de acessoriedade existe entre coisas e direitos.
- C) Apenas os bens móveis podem ser acessórios.
- D) As relações obrigacionais não podem ser acessórias.

### Questão 4

“Fatos jurídicos são acontecimentos que produzem efeitos jurídicos, causando o nascimento, a modificação ou a extinção de relações jurídicas e de seus direitos”. Ora constituem-se como simples manifestação da natureza, ora podem configurar-se como manifestação da vontade humana. Neste último caso são chamados de atos jurídicos.

Assim, dentre as assertivas abaixo, assinale **CORRETA**.

- A) No ato jurídico em senso estrito a eficácia decorre da vontade do agente. É ato *ex voluntate*.
- B) Os atos jurídicos em senso estrito consistem em simples declarações de vontade que produzem efeitos estabelecidos em lei.
- C) O ato jurídico em senso estrito é a realização da autonomia privada, porque é instrumento de realização da vontade.
- D) O ato jurídico *stricto sensu* e o negócio jurídico são, ambos, manifestações de vontade, não se diferindo quanto a sua estrutura, a sua função e a seus efeitos.

### Questão 5

Responda a asserção **CORRETA**, relativa à nulidade do negócio jurídico.

- A) As obrigações decorrentes de negócio jurídico nulo podem ser objeto de novação.
- B) As nulidades do negócio jurídico devem ser pronunciadas pelo Juiz, que também as pode sanar.
- C) O decurso de tempo faz desaparecer o vício.
- D) O decurso do tempo não opera a confirmação, nem convalida o negócio jurídico nulo.

### Questão 6

No que tange ao negócio jurídico anulável, marque a afirmativa **CORRETA**.

- A) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada, mas pode se pronunciada, de ofício, a favor terceiros prejudicados.
- B) O negócio jurídico anulável, assim como o negócio jurídico nulo, não pode ser confirmado pelas partes.
- C) A anulação do negócio jurídico somente pode ser alegada pelas pessoas afetadas pelo negócio jurídico e em benefício de quem se anula o ato.
- D) Na hipótese de negócio jurídico praticado por agente relativamente incapaz, a sanção é destinada a proteger o interesse público.

### Questão 7

Relativamente à disciplina da Prescrição e da Decadência, marcar a questão **CORRETA**.

- A) Aplicam-se à decadência, salvo disposição legal em contrário, as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- B) A prescrição e a decadência consolidam um estado de fato, transformando-o em estado de direito.
- C) Ambas constituem-se causa e disciplina de extinção de direitos, mas a prescrição funda-se em princípio de natureza privada, protegendo interesses privados.
- D) A prescrição e a decadência são formas de extinção de direitos, constituindo-se as duas em prazos extintivos.

### Questão 8

Em relação aos direitos das obrigações, marque a asserção **CORRETA**.

- A) A mora não pode ser purgada por terceiro.
- B) A presunção da mora também ocorre em caso de oposição em cláusula contratual de termo certo para pagamento.
- C) Nas obrigações provenientes de ato ilícito a mora é presumida.
- D) Ainda que a prestação se tenha tornado inútil ao credor, em virtude da impontualidade, a mora pode ser purgada.

### Questão 9

Sobre os contratos, é **CORRETA** a seguinte opção:

- A) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde a expedição da aceitação, sem exceção.
- B) A aceitação da proposta de contrato fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importará nova proposta.
- C) Considera-se inexistente a aceitação da proposta de contrato se, antes dela ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- D) Reputar-se-á celebrado o contrato no domicílio do aceitante.

### Questão 10

Marque a opção **CORRETA**, correspondente à característica própria do contrato de seguro.

- A) Personalíssimo.
- B) Aleatório.
- C) Comutativo.
- D) Unilateral.

### Questão 11

Em relação à posse, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A posse nascida justa pode tornar-se injusta, especialmente no que se refere ao vício da precariedade.
- B) A posse do locatário e a do comodatário são consideradas posses precárias.
- C) A posse nascida injusta não poderá se converter em posse justa.
- D) A posse adquirida por ameaça, para ser considerada injusta, exige prévio ajuizamento de ação anulatória do ato, por vício do consentimento.

## Questão 12

A modalidade de usucapião de imóvel rural, de acordo com o Código Civil e a Constituição da República, exige que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel rural ou urbano e que possua área rural não superior a 50 hectares como se sua fosse, sem oposição, por cinco anos ininterruptos, tendo-a tornado produtiva por seu trabalho ou de sua família e nela estabelecido moradia.

Desta forma, dentre as assertivas abaixo, assinale a **CORRETA**.

- A) São condições da aquisição por usucapião rural, o tornar a terra produtiva pelo trabalho pessoal do usucapiente e nela estabelecer sua moradia, não podendo somar posse anterior (*accessio possessionis*), havida por ato *inter vivos*, para completar período aquisitivo.
- B) Não pode o possuidor que já se beneficiou da usucapião rural, depois de vender a propriedade usucapida, vir a beneficiar-se novamente do mesmo instituto, inaugurando um novo período de aquisição sobre outra gleba rural.
- C) Para fins de caracterização da condição de imóvel rural, basta seja o imóvel rústico, podendo, se assim o for, situar-se fora de área rural.
- D) Trabalhando o usucapiente, durante o período aquisitivo, área substancialmente maior do que 50 hectares, não pode fazer decote de área, para adaptá-la à exigência legal e obter a usucapião.

## Questão 13

Marque a asserção **CORRETA**.

- A) O direito do proprietário do prédio vizinho de cortar os ramos e raízes que ultrapassem a estrema do prédio está sujeito à prescrição.
- B) O direito do proprietário do prédio vizinho de cortar os ramos e raízes que ultrapassem a estrema do prédio se estende até o plano vertical divisório dos imóveis. Pode ser por ele exercido diretamente, não dependendo de prova do prejuízo, nem de concordância ou autorização do proprietário da árvore
- C) O dono da árvore, cujos ramos e raízes ultrapassam a divisa do prédio e for objeto de corte e apara pelo vizinho, tem direito à indenização.
- D) A ação do vizinho, consistente no corte de ramos e raízes que ultrapassem o limite da vizinhança, ainda que ponha em risco a vida da árvore e a cobertura vegetal ambiental que ela propicia, não vai depender de autorização administrativa da autoridade ambiental.

### Questão 14

Marque a opção **CORRETA**.

O direito a alimentos pode ser cobrado pelos:

- A) filhos aos pais, ou na falta destes, aos avós, sem reciprocidade.
- B) avós, na falta dos filhos, aos netos e bisnetos, indistintamente.
- C) filhos, na falta dos pais, diretamente aos tios.
- D) filhos, na falta dos pais, aos avós.

### Questão 15

Marque a opção **CORRETA**.

José, solteiro e sem deixar descendentes e ascendentes, falece, deixando a inventariar a quantia de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Duas irmãs lhe sobrevivem, bem como duas sobrinhas e um sobrinho neto (filho de uma sobrinha pré-morta), assinalando-se que esses sobrinhos descendem de um irmão pré-morto de José. Então, concorrerão à sucessão:

- A) somente as irmãs vivas de José.
- B) todos os parentes acima citados, inclusive o sobrinho-neto, porque, na hipótese, a sucessão se defere até o quarto grau de parentesco, herdando todos em partes iguais, por representação.
- C) as irmãs de José e as filhas do irmão pré-morto, estas por representação. O sobrinho-neto não herdará. A herança será dividida em 3 (três) partes iguais. As irmãs do falecido herdam por cabeça e as sobrinhas por estirpe.
- D) todos os parentes acima citados, inclusive o sobrinho-neto, sendo que a herança será dividida em 4 (quatro) partes iguais. As irmãs do falecido herdarão uma parte cada uma e as sobrinhas e o sobrinho-neto a outra parte, que será dividida entre eles em partes iguais.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 16

Sobre a substituição das partes, é correto afirmar, **EXCETO** que:

- A) A alienação da coisa ou do direito em litígio, a título particular, por atos entre vivos, altera a legitimidade das partes.
- B) O Código de Processo Civil permite no curso do processo a substituição voluntária em casos expressos.
- C) O adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária.
- D) Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos sucessores.

### Questão 17

Sobre a Oposição e Nomeação à Autoria, é **CORRETA** a assertiva:

- A) O juiz, ao deferir o pedido de nomeação, suspenderá o processo e ouvirá o autor, em 10 (dez) dias.
- B) Aquele que pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá oferecer oposição contra ambos, desde que não iniciada a fase probatória.
- C) A oposição será distribuída por dependência e os opostos deverão ser citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para cada um.
- D) A nomeação à autoria pode ser objeto de presunção de aceitação.

### Questão 18

O art. 128 do CPC estabelece que “O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte”. Trata-se, portanto, o pedido, da limitação da prestação jurisdicional.

Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O pedido poderá ser sucessivo quando a natureza da obrigação autorizar o devedor a cumprir a prestação de mais de um modo.
- B) Quando a escolha couber ao devedor, o juiz decidirá de forma a lhe conceder o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, até mesmo se o credor não formular pedido neste sentido.
- C) É ilícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, para que o juiz acolha um ou outro.
- D) Sendo obrigação periódica, a ausência de inclusão no pedido obsta que o Juiz determine o seu cumprimento.

### Questão 19

É cabível ao réu assumir no mesmo processo a figura de autor quando, ao invés de apenas contestar, apresenta reconvenção.

Sobre aludido instituto, assinale a opção **CORRETA**.

- A) O juiz dará trâmite ao pedido reconvenicional mesmo que o autor desista da ação principal.
- B) A ação e a reconvenção poderão ser julgadas por sentenças diversas, em casos excepcionais.
- C) Ofertada a reconvenção, o reconvinido apresentará contestação no prazo de 10 (dez) dias.
- D) A ausência de contestação à reconvenção autoriza a aplicação dos efeitos da revelia em face do reconvinido.

## Questão 20

No que tange à produção de provas, marque a opção **CORRETA**.

- A) As repartições públicas fornecerão os documentos requisitados sempre em cópia reprográfica.
- B) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos essenciais ao julgamento do feito, em face do direito de acesso ao Judiciário e da ampla defesa.
- C) A lei processual impõe ao juiz o dever de requisitar certidões junto às repartições públicas para que a parte possa provar fato por ela alegado.
- D) De ofício, o juiz não poderá requisitar procedimentos administrativos pertencentes à administração indireta.

## Questão 21

Sobre a concessão da tutela específica, marque a opção **CORRETA**.

- A) O juiz fixará a multa diária no caso de descumprimento e o prazo razoável para cumprimento do preceito, desde que a parte credora assim o requeira.
- B) Na obrigação de fazer ou não fazer, desde que seja relevante o fundamento da demanda e haja justificado receio de ineficácia do provimento final, o juiz concederá a tutela liminar ou designará audiência de justificação, citando o réu, em ambos os casos.
- C) O juiz julgará o pedido tomando em consideração, inclusive de ofício, fatos supervenientes, mesmo na obrigação de fazer ou não fazer.
- D) O juiz não poderá de ofício modificar o valor e a periodicidade da multa fixada a pedido do credor.

## Questão 22

Acerca do instituto da Coisa Julgada, é **CORRETA** a afirmativa:

- A) A decisão sobre questão prejudicial decidida incidentalmente no processo integra o conceito de coisa julgada.
- B) Ocorrendo a coisa julgada formal, a sentença torna-se imutável e indiscutível.
- C) Os motivos que compõem a fundamentação da decisão, nos termos da Carta Constitucional, e que determinam o alcance da parte dispositiva da sentença integram o conceito de coisa julgada.
- D) Se o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide, e desde que requerida pela parte, faz coisa julgada a resolução de questão prejudicial.

### Questão 23

Sobre a Formação, Suspensão e Extinção do Processo é **CORRETO** afirmar:

- A) Sobrevindo a morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, se iniciados os atos de instrução e julgamento, a suspensão do processo apenas ocorrerá a partir da publicação da sentença ou do acórdão.
- B) Realizada a audiência de instrução e julgamento, o pedido poderá ser alterado, desde que haja anuência das partes.
- C) O processo pode ser suspenso, por convenção das partes, por prazo não superior a 01 (um) ano.
- D) Acolhida preliminar de carência de ação (art. 267, VI, do CPC), o processo será declarado extinto sem resolução do mérito. Porém, desde que quitadas as custas, poderá o pleito ser novamente intentado.

### Questão 24

Acerca do cumprimento de sentença, instituído pela Lei n. 11.232, de 2005, assinale a opção **CORRETA**.

- A) Uma única sentença pode ser objeto de execução e de liquidação ao mesmo tempo.
- B) Poderá ser provisoriamente executada a sentença impugnada mediante recurso ao qual foi atribuído efeito suspensivo.
- C) O processo de execução não subsiste após as reformas no Código de Processo Civil.
- D) Na nova ordem processual, a expedição de mandado de penhora e avaliação é ato de ofício do juiz.

### Questão 25

Com relação à declaração de inconstitucionalidade, assinale a opção **CORRETA**.

- A) Outros órgãos ou entidades não poderão se manifestar no incidente, mesmo considerando relevância e representatividade deles.
- B) Os órgãos fracionários dos tribunais submeterão ao plenário ou ao órgão especial a arguição de inconstitucionalidade, mesmo quando já houver pronunciamento deste, para evitar decisão conflitante.
- C) A pessoa jurídica de direito público que editou o ato apontado inconstitucional obrigatoriamente será parte e participará do incidente.
- D) O juiz de primeiro grau poderá deixar de aplicar lei arguindo sua inconstitucionalidade. Todavia, em grau recursal, a Câmara não procederá ao julgamento do recurso, encaminhando-o ao órgão especial ou pleno, conforme for do regimento interno.

### Questão 26

Sobre o recurso de apelação é **CORRETO** afirmar:

- A) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria julgada pelo Juiz.
- B) Ainda que a sentença não as tenha apreciado por inteiro, todas as questões suscitadas e discutidas serão apreciadas pelo Tribunal.
- C) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, e o juiz acolher apenas um deles, o recurso apenas nesta parte será conhecido e julgado pelo Tribunal.
- D) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, mesmo que provado motivo de força maior.

### Questão 27

É **CORRETO** afirmar que os embargos infringentes:

- A) São cabíveis quando o acórdão unânime houver reformado a sentença em sentido contrário a outros julgamentos da Câmara.
- B) São próprios para que a Câmara julgadora possa redefinir o julgamento não unânime que tenha reformado a sentença em seu mérito.
- C) Propiciam aos desembargadores que participaram da turma julgadora do acórdão conhecer de toda a matéria deste constante e, aos demais, a matéria embargada.
- D) São incabíveis em face de julgamento, não unânime, que acolhe o pedido rescindendo.

### Questão 28

Na Execução por Quantia Certa é **CORRETO** afirmar que:

- A) Os vencimentos e subsídios, bem assim soldos, salários e proventos de aposentadoria podem ser penhorados para pagamento de prestação alimentícia.
- B) São impenhoráveis apenas bens inalienáveis.
- C) A pequena propriedade rural, definida em lei, qualquer que seja a forma de sua utilização, pode ser objeto de penhora.
- D) É penhorável o depósito em caderneta de poupança, até 60 (sessenta) salários mínimos.

### Questão 29

Na Execução Fiscal, regida pela Lei nº 6.830, de 1980, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) Das sentenças proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) - ORTN, só se admitirão apelação e embargos infringentes.
- B) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção *iuris tantum* de certeza e liquidez.
- C) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- D) A execução fiscal poderá ser promovida, dentre outros, contra os sucessores a qualquer título.

## DIREITO PENAL

### Questão 30

Sobre as fontes do Direito Penal, a interpretação da Lei Penal, bem como seu âmbito de eficácia e sua aplicação no tempo e no espaço, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Em razão do caráter fragmentário do Direito Penal, este deverá ser preferencialmente observado para a solução de conflitos, devendo abranger a tutela do maior número de bens jurídicos possível.
- B) O princípio da Legalidade obriga a que toda deliberação referente ao Direito Penal, incriminador ou não incriminador, seja feita por meio de lei.
- C) O nosso Código Penal, quanto ao tempo do crime, acolheu a teoria do resultado.
- D) A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

### Questão 31

Sobre a tipicidade penal, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) No crime omissivo, o dever jurídico de agir inexistente àquele que apenas criou riscos para a ocorrência do resultado.
- B) O erro de tipo, se inescusável, apesar de excluir o dolo, permite, em qualquer hipótese, a punição a título culposos.
- C) A tipicidade material surgiu para limitar a larga abrangência formal dos tipos penais, impondo que, além da adequação formal, a conduta do agente gere também relevante lesão ou perigo concreto de lesão ao bem jurídico tutelado.
- D) No dolo eventual, a pessoa vislumbra o resultado que pode advir de sua conduta, acreditando que, com as suas habilidades, será capaz de evitá-lo.

### Questão 32

Deoclides e Odilon deliberam a prática conjunta de furto a uma residência. Sem o conhecimento de Odilon, Deoclides, para a segurança de ambos, arma-se de um revólver carregado com 02 cartuchos. Os dois entram na casa. Enquanto Odilon furtava os bens que se encontravam na área externa, Deoclides é surpreendido com a presença de um morador que reage e acaba sendo morto por Deoclides.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Deoclides responderá pelo latrocínio e pelo furto, enquanto Odilon apenas pelo furto.
- B) Os dois responderão por latrocínio.
- C) Deoclides responderá por latrocínio e Odilon pelo crime de furto.
- D) Deoclides responderá pelo latrocínio, pelo furto e pelo porte ilegal de arma, enquanto Odilon apenas pelo furto.

### Questão 33

Fulano de tal, decidido a matar Cicrano, carrega o seu revólver e parte em seu encalço. Localiza-o em lugar deserto e, em perseguição, atira e o acerta apenas de raspão. Fulano consegue alcançá-lo, chega ao seu lado e, com o revólver dispondo ainda de 6 (seis) tiros, decide não disparar a arma, deixando de consumir o seu intento inicial.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Fulano responderá por tentativa de homicídio.
- B) Fulano responderá por lesões corporais.
- C) Fulano não responderá criminalmente por tratar-se de arrependimento eficaz, pois, com sua conduta, evitou a morte de Cicrano.
- D) Fulano não responderá criminalmente, pois voluntariamente desistiu do seu intento, beneficiando-se, com isso, da regra do art. 15 do CP.

### Questão 34

Marque a alternativa **CORRETA**. O erro de proibição escusável, como excludente da potencial consciência da ilicitude, leva à absolvição por exclusão da:

- A) Imputabilidade
- B) Tipicidade
- C) Punibilidade
- D) Culpabilidade

### Questão 35

Sobre a fixação das penas, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) As atenuantes aplicam-se a todos os crimes, enquanto as agravantes, salvo a reincidência, se aplicam somente aos crimes dolosos.
- B) As agravantes agravam a pena mesmo na hipótese de caracterizarem elementares do delito.
- C) Assim como acontece em relação às agravantes, não pode o juiz aplicar atenuante que não esteja prevista em lei, em face do princípio da legalidade que norteia o Direito Penal como um todo.
- D) Assim como ocorre em relação às circunstâncias agravantes e atenuantes, as causas de aumento e de diminuição não podem levar a pena provisória a patamares diversos daqueles máximos e mínimos abstratamente cominados.

### Questão 36

Sobre a substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos e suspensão condicional da pena, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Àquele, reincidente em crime doloso, que já foi condenado à pena privativa de liberdade, é terminantemente vedada a substituição da sanção corporal por penas restritivas de direito.
- B) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução poderá deixar de converter a sanção restritiva de direitos anteriormente aplicada, desde que o seu cumprimento seja compatível com o da nova sanção penal.
- C) Se a medida for socialmente recomendável e o condenado não for reincidente específico, caberá a suspensão condicional da pena, nos moldes das regras do art. 77 e seguintes do CP.
- D) A prestação de serviços, como sanção restritiva de direitos, pode ser aplicada independentemente do *quantum* da pena privativa de liberdade aplicada.

### Questão 37

Sobre o regime inicial de cumprimento de pena, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) É possível a imposição do regime fechado para o início do cumprimento da pena ao condenado à pena de detenção.
- B) A gravidade do crime em abstrato, por si só, não se presta à adoção de regime inicial diverso do sugerido em lei.
- C) A circunstância agravante da reincidência não guarda correlação com a estipulação do regime inicial para o cumprimento de pena.
- D) Ao condenado à prisão simples, pela prática de contravenção penal, é vedada, regra geral, a adoção do regime inicialmente fechado, o que, todavia, poderá ocorrer excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado pelo juiz.

### Questão 38

Sobre o instituto da prescrição, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) A prescrição da pretensão executória faz desaparecer todos os efeitos da condenação.
- B) Na prescrição punitiva em abstrato, ou seja, antes da sentença condenatória, é aplicável a “Teoria da Pior das Hipóteses”, devendo o Juiz observar as causas de aumento pela maior fração, as de diminuição pela menor fração, bem como considerar também as agravantes e atenuantes.
- C) A prescrição da pretensão punitiva, por implicar na perda do direito de punir do Estado, deverá ser reconhecida apenas após requerimento do Ministério Público nesse sentido, sendo vedado o seu conhecimento de ofício pelo juiz.
- D) O termo inicial para a fluência do prazo prescricional, regra geral, é o dia em que o crime se consumou. Na hipótese de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa. Na hipótese de crime permanente, do dia em que cessou a permanência.

### Questão 39

Sobre os delitos contra a vida, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Tem-se por inadmissível a figura do homicídio qualificado-privilegiado.
- B) Uma determinada pessoa decide agredir fisicamente seu desafeto, conseguindo causar-lhe diversos ferimentos. Contudo, durante o entrevero, muda o seu intento e decide matá-lo, disparando com uma arma de fogo contra a vítima, sem conseguir acertá-la. Responderá por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.
- C) Uma mulher, em estado puerperal, mata, com a ajuda da enfermeira, o seu filho que acabara de nascer. As duas responderão por infanticídio.
- D) Em face da adoção, em nosso Código Penal, da teoria monista, aquele que auxilia a gestante a praticar aborto, responderá, em concurso material com ela, pelo mesmo crime, qual seja: art. 124 do CP (provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque).

### Questão 40

Sobre os delitos contra o patrimônio, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Podem ser objeto do delito de furto as coisas abandonadas.
- B) O crime de furto (art. 155 do CP), praticado em concurso de pessoas e durante a madrugada em residência com moradores repousando sofrerá a incidência da qualificadora do concurso de pessoas (art. 155, § 4º, IV, do CP) e da causa especial de aumento do repouso noturno (art. 155, § 1º, do CP).
- C) Caracterizada a hipótese de roubo (art. 157 do CP) em que o agente, simulando portar arma de fogo (com a mão por baixo da camisa para parecer que está armado) ameaça a vítima de morte para subtrair-lhe a carteira, a capitulação adequada à conduta seria a de roubo majorado pela causa especial de aumento prevista no § 2º, I do art. 157, do CP.
- D) O agente que, para subtrair o veículo da vítima, tira-lhe também a vida, responde por latrocínio consumado (art. 157, § 3º, do CP), mesmo que não tenha conseguido, efetivamente, apossar-se do carro.

### Questão 41

Sobre os delitos contra a liberdade sexual, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) A ação penal no caso de estupro de vítima menor de 18 anos é pública condicionada, já que a vontade da vítima em processar o sujeito ativo, bem como as conseqüências da exposição decorrente da instauração de um processo penal, na visão do legislador, devem ser levadas em consideração.
- B) Pratica assédio sexual (art. 216-A do CP) a mulher que obriga qualquer homem a manter com ela conjunção carnal.
- C) Há presunção de violência na hipótese de crime de estupro (previsto no art. 213 do CP) praticado contra menor de 14 anos, consoante regra expressa no art. 224 do CP.
- D) Constitui qualificadora do crime de estupro, o fato de a vítima ser menor de 18 e maior de 14 anos.

## Questão 42

Sobre o Estatuto do Desarmamento – Lei n. 10.826, de 2003, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) No julgamento da ADI 3112, o STF entendeu pela constitucionalidade do art. 21 da Lei nº 10.826, de 2003, que veda a concessão de liberdade provisória aos crimes dos seus artigos 16, 17 e 18 (respectivamente: posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito; comércio ilegal de arma de fogo; e tráfico internacional de arma de fogo).
- B) Também no julgamento da ADI 3112, o STF considerou constitucionais os parágrafos únicos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.826, de 2003, que estabelecem a inafiançabilidade dos delitos neles previstos (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, respectivamente).
- C) Com a entrada em vigor da Lei nº 10.826, de 2003, o crime previsto em seu art. 12 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido) teve, inicialmente, sua aplicação afetada por sucessivas medidas provisórias, cujo conteúdo foi considerado pela jurisprudência como espécie de *abolitio criminis* temporário.
- D) O crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, tipificado no art. 12 da Lei nº 10.826, de 2003, com pena privativa de liberdade, abstratamente cominada em detenção de 01 a 03 anos, não comporta a substituição por pena restritiva de direitos, consoante as regras do art. 44 do CP, em face da violência intrinsecamente ligada ao comércio e utilização de armas de fogo em nosso país.

## Questão 43

Sobre os crimes contra o meio ambiente, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Havendo a responsabilização penal pessoal do representante legal da pessoa jurídica é obrigatória também a responsabilização da pessoa jurídica.
- B) A perícia produzida no inquérito civil poderá servir para o cálculo da fiança e da multa.
- C) O art. 6º da Lei nº 9.605, de 1998 afasta a aplicação dos artigos 59 e 60 do Código Penal, quanto à aplicação e dosimetria da pena.
- D) Limitação de fim de semana prevista no art. 48 do Código Penal é equivalente ao recolhimento domiciliar estabelecido no art. 13 da Lei nº 9.605, de 1998.

#### Questão 44

Sobre os crimes contra o meio ambiente, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Ao conceituar pesca, para os fins legais, a Lei nº 9.605, de 1998, abrange peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios.
- B) Todas as contravenções penais contra a fauna previstas no Código Florestal estão implicitamente revogadas, pois, com o advento da Lei de Crimes Ambientais, aquelas condutas foram, de certa forma, contempladas como crimes.
- C) Nos crimes ambientais, a aplicação de pena de multa decorrente de sentença transitada em julgado impede a cominação de multa por infração administrativa relativamente ao mesmo fato, em razão do princípio do *non bis in idem*.
- D) Constitui circunstância agravante da pena pela prática de crime ambiental, tal como definido pela Lei nº 9.605, de 1998, a baixa instrução ou escolaridade do agente.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 45

Marque a alternativa **CORRETA**.

A liberdade provisória pode ser concedida no caso de:

- A) Prisão em flagrante.
- B) Prisão preventiva.
- C) Prisão em flagrante viciado.
- D) Prisão temporária.

### Questão 46

Em se tratando de procedimento de rito ordinário ou sumário é **INCORRETO** afirmar:

- A) A denúncia alternativa oferecida, apresentando duas versões contra o mesmo réu, deixando que uma delas prevaleça ao final, não pode ser considerada inepta para fins de sua rejeição liminar.
- B) Verificado que o réu se oculta para não ser citado, o Oficial de Justiça certificará a ocorrência e procederá a citação com hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
- C) O Magistrado que presidiu a instrução\audiência, torna-se vinculado ao feito, devendo proferir a sentença, em homenagem ao princípio da identidade física do Juiz.
- D) Recebida a denúncia e ofertada a resposta aos termos da acusação, sendo o Réu inimputável, o Juiz não poderá absolvê-lo sumariamente, ainda que verificada a existência manifesta de causa excludente de culpabilidade.

### Questão 47

Marque a alternativa **CORRETA**.

A intimação da testemunha funcionária pública, para fins de audiência, será efetivada:

- A) Através de requisição ao seu superior hierárquico.
- B) Pessoalmente, via mandado.
- C) Pelo correio, via AR (aviso de recebimento).
- D) Pessoalmente, via mandado, com comunicação ao chefe da repartição em que servir.

### Questão 48

Marque a opção **CORRETA**.

Não poderá ser autuado em flagrante, em qualquer hipótese:

- A) Os magistrados.
- B) Os familiares de agentes diplomáticos.
- C) Os membros do congresso nacional.
- D) Os delegados de polícia no específico exercício da função.

### Questão 49

Marque a opção **INCORRETA**.

Tratando-se de ação penal de natureza privada, prevalecem as seguintes normas, princípios e fundamentos:

- A) Da indivisibilidade.
- B) Da indisponibilidade.
- C) Da oportunidade.
- D) Da conveniência.

### Questão 50

Tratando-se de desaforamento, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O seu deferimento não ofende o princípio do juiz natural.
- B) Poderá ser requerido pelo assistente do Ministério Público, no caso de interesse da ordem pública ou se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri.
- C) Poderá ser requerido pelo órgão Ministerial ou pela defesa, em razão de comprovado excesso de serviço na vara ou comarca, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contados do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- D) Trata-se de decisão que altera a competência fixada pelos critérios constantes do art. 69 do Código de Processo Penal, com aplicação restrita no procedimento do júri.  
O art. 69 do Código de Processo Penal tem a seguinte redação:

*“Determinará a competência jurisdicional:*

- I. O lugar da infração;*
- II. O domicílio ou residência do Réu;*
- III. A natureza da infração;*
- IV. A distribuição*
- V. A conexão ou continência;*
- VI. A prevenção;*
- VII. A prerrogativa de função.*

### Questão 51

Em matéria de execução penal, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O condenado por crime de tráfico, sendo reincidente, ainda que não específico, poderá obter a progressão de regime, depois de cumpridos 3/5 (três quintos) da pena privativa de liberdade.
- B) O condenado pelo crime de tráfico, em se tratando de reincidente específico (anterior condenação pelo mesmo crime de tráfico) não poderá obter a outorga do livramento condicional.
- C) É incabível o indulto natalino ao condenado por crime de tráfico.
- D) O condenado por crime de tráfico, não sendo reincidente, só poderá obter a progressão do regime fechado para o semi-aberto, depois de cumpridos 2/5 (dois quintos) da pena, qualquer que seja a data do fato criminoso.

### Questão 52

Marque a opção **INCORRETA**.

No procedimento do júri, o Juiz pronunciará o acusado, todavia, fundamentadamente o absolverá desde logo quando:

- A) Provada a inexistência do fato.
- B) O fato não constituir infração penal.
- C) Demonstrada a causa de isenção de pena.
- D) Não se convencer da existência de indícios suficientes da autoria ou de participação.

### Questão 53

Marque a opção **CORRETA**.

Entendendo o Juiz sentenciante ser possível dar nova definição jurídica ao fato criminoso da qual resultará pena mais grave, ainda que não modifique a descrição do fato contido na denúncia, deverá:

- A) Baixar os autos em cartório para as partes se manifestarem.
- B) Abrir vista o Ministério Público para aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias.
- C) Proceder a *emendatio libelli*.
- D) Reabrir a instrução criminal.

### Questão 54

Em se tratando de processo sumário, marque a opção **CORRETA**.

- A) Se a audiência for suspensa, a testemunha que compareceu será ouvida, desde que obedecida a ordem prevista no Código de Processo Penal.
- B) Se a audiência for suspensa, a testemunha que compareceu para o ato não será inquirida.
- C) Se a audiência for suspensa, a testemunha que compareceu para o ato será inquirida independentemente da ordem estabelecida no Código de Processo Penal.
- D) Nenhuma das hipóteses é verdadeira.

### Questão 55

Em se tratando de crimes contra a propriedade industrial, de exclusiva ação penal privada, é **CORRETO** afirmar:

- A) Fazendo-se necessária a apreensão e perícia, o laudo só terá valor se tiver sido homologado dentro dos 30 (trinta) dias anteriores à apresentação da queixa.
- B) O laudo deverá acompanhar a queixa, independente da data de sua homologação.
- C) O laudo deverá ser homologado dentro dos 15 (quinze) dias anteriores à apresentação da queixa.
- D) Nenhuma das hipóteses é verdadeira.

### Questão 56

Marque a opção **CORRETA**.

- A) O Código de Processo Penal permite ao Juiz determinar diligências apenas antes do encerramento da instrução.
- B) O Código de Processo Penal permite ao Juiz determinar diligências, de ofício, no curso do processo ou antes de proferir sentença, desde que seja para dirimir dúvida sobre ponto relevante ao julgamento da causa.
- C) O Código de Processo Penal não permite ao Juiz, de ofício, determinar diligências.
- D) Nenhuma das hipóteses é verdadeira.

### Questão 57

Em se tratando do julgamento pelo Tribunal do Júri, marque a opção **CORRETA**.

- A) Quando dos debates, a parte só poderá intervir, com aparte, tendo a permissão do Juiz.
- B) Quando dos debates, só poderá ter aparte, quando a parte que estiver falando o permitir.
- C) Quando dos debates, poderá existir aparte apenas da defesa, ante o princípio da plenitude de defesa.
- D) Quando dos debates, não poderá haver qualquer aparte.

### Questão 58

Em se tratando da prova no processo penal, marque a opção **CORRETA**.

- A) Se o ofendido for intimado para prestar declarações e não comparecer, ficará sujeito ao pagamento de multa.
- B) Se o ofendido for intimado para prestar declarações poderá eximir-se de fazê-lo, desde que o queira, sem conseqüências nocivas para a sua pessoa.
- C) Se o ofendido for intimado para prestar declarações e não comparecer, sem motivo justo, poderá ser conduzido coercitivamente.
- D) Nenhuma das hipóteses é verdadeira.

## DIREITO EMPRESARIAL

### Questão 59

Marque a opção **INCORRETA**.

As características principais do Direito Empresarial são as seguintes:

- A) Informalismo.
- B) Fragmentário.
- C) Cosmopolita.
- D) Sistema jurídico harmônico.

### Questão 60

No direito brasileiro, considera-se empresário:

- A) A pessoa física ou jurídica, privada, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades organizadas de produção, circulação e construção de bens ou prestações de serviços, suscetíveis de falir e beneficiárias da recuperação judicial.
- B) O profissional da empresa inscrito na Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início da sua atividade.
- C) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.
- D) Toda pessoa física ou jurídica titular de organização de natureza civil ou mercantil destinada à exploração de qualquer atividade com fins econômicos.

### Questão 61

Segundo a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é **CORRETA** a seguinte afirmação:

- A) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não perde as suas características de título representativo de dívida líquida e certa, apta a fundamentar uma ação de execução por título extrajudicial.
- B) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- C) O título vinculado a contrato bancário para a garantia do seu cumprimento não perde as características de título cambial.
- D) Nenhuma das afirmações é correta.

### Questão 62

Nas ações referentes a contratos bancários, é **CORRETA** a afirmação:

- A) O Juiz pode e deve, por se tratar de matéria de ordem pública, apreciar, de ofício, toda a matéria referente à regularidade do contrato.
- B) É vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.
- C) O Juiz só está autorizado a examinar, de ofício, questões relativas às condições da ação.
- D) O Juiz deve aplicar, analogicamente, as disposições pertinentes às relações de consumo.

### Questão 63

No procedimento falencial, a restituição em dinheiro será precedida do pagamento:

- A) dos créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador.
- B) dos créditos com garantia real.
- C) dos créditos trabalhistas vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 10 (dez) salários mínimos.
- D) dos créditos decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência.

### Questão 64

Em se tratando de processo falencial, é **CORRETA** a afirmação:

- A) Há relativização dos princípios cambiários somente no que se refere aos títulos emitidos pelo falido, nas habilitações de crédito, após o termo legal da quebra.
- B) Não há relativização dos princípios cambiários.
- C) Há relativização dos princípios cambiários somente no que se refere aos títulos emitidos pelo falido, nas habilitações de crédito, antes do termo legal da quebra.
- D) Há relativização dos princípios cambiários, nas habilitações de crédito.

### Questão 65

A respeito do endosso, é **CORRETA** a afirmação:

- A) No endosso caução, o endossatário deverá propor a respectiva ação de cobrança em nome próprio contra o devedor do título.
- B) O endosso-garantia confere ao endossatário propriedade do título, que, todavia, fica impedido de negociá-lo.
- C) No endosso-garantia, há entre o endossatário e o devedor relação jurídica cambial.
- D) Qualquer endosso, posterior ao endosso pignoratício, feito pelo possuidor do título, só vale como endosso a título de procuração.

### Questão 66

Caso autorize o contrato social de uma sociedade limitada a administração da sociedade por não sócios, é **CORRETA** a afirmação:

- A) Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- B) Somente os sócios diretores respondem ilimitada e subsidiariamente pelas obrigações sociais, quando não se empregar a palavra *limitada* na firma ou denominação da sociedade.
- C) Os administradores respondem ilimitada e solidariamente pelas obrigações sociais quando omitirem no uso da firma ou denominação a palavra *limitada*.
- D) Todos os administradores respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, se agirem em desobediência à lei ou ao contrato.

### Questão 67

Considera-se estabelecimento empresarial:

- A) Todo complexo de bens organizado, usado pelo empresário, ou sociedade empresária, para o exercício da sua atividade.
- B) Todo complexo de bens organizado, para o exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- C) É o complexo de bens usado pelo empresário necessário à atividade empresarial.
- D) Todos os bens empregados pelo empresário, ou sociedade empresária, no exercício da empresa.

### Questão 68

A assinatura de pessoa estranha à emissão do cheque, no anverso deste, é considerada:

- A) Endosso, porquanto o aval é aposto no anverso do cheque.
- B) Aval, ainda que não especificada a sua finalidade.
- C) Assinatura ineficaz, uma vez que não indicada a sua finalidade, levando-se em conta a formalidade estrita que deve nortear a operação cambial.
- D) Cessão de direito ao crédito representado pelo título, por ser figura estranha ao direito cambial.

### Questão 69

É **CORRETA** a afirmação de que o empresário opera sob a firma:

- A) Constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- B) Constituída por seu nome completo, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- C) Constituída por seu nome, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- D) Do seu antecessor, seguida por seu nome, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

### Questão 70

Para a doutrina, na ação revocatória falencial, a pretensão imediata do autor está limitada:

- A) À declaração de nulidade do ato fraudulento e à arrecadação dos respectivos bens pelo administrador da falência.
- B) À anulação do ato fraudulento e à arrecadação dos respectivos bens pelo administrador da falência.
- C) À declaração de ineficácia do ato fraudulento e à arrecadação dos respectivos bens pelo administrador da falência.
- D) À indenização em razão do prejuízo causado pelo negócio fraudulento e à arrecadação dos respectivos bens pelo administrador da falência.

### Questão 71

É **CORRETA** a afirmação sobre o crédito do comissário na falência ou insolvência do comitente:

- A) Os créditos do comissário são quirografários.
- B) O crédito do comissário, relativo a comissões e despesas feitas, goza da preferência a que é atribuída aos trabalhistas em razão da sua natureza alimentar.
- C) O crédito referente às despesas feitas no cumprimento do contrato de comissão são considerados extraconcursais em razão da sua natureza alimentar.
- D) O crédito do comissário, relativo a comissões e despesas feitas, goza de privilégio geral.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 72

Com relação aos princípios gerais constitucionais, é **CORRETO** afirmar:

- A) A obrigação dos sucessores de reparar danos atenta contra o princípio de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- B) O princípio da legalidade comporta exceção, quando se trate de atos administrativos discricionários.
- C) A coisa julgada formal tem garantia de imutabilidade.
- D) O princípio da proporcionalidade exige do Poder Público um justo equilíbrio entre os meios empregados e as finalidades aspiradas.

### Questão 73

Nas proposições abaixo, marque “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas, assinalando a alternativa **CORRETA**.

- 1. Os atos administrativos negociais e os contratos públicos deixam de sujeitar-se ao princípio da supremacia do interesse público.
  - 2. Os atos lesivos ao princípio da probidade poderão acarretar a suspensão dos direitos políticos e a perda de função pública.
  - 3. O princípio do devido processo legal refere-se com exclusividade ao processo legal adjetivo ou formal.
  - 4. O que está implícito em um determinado princípio tem a mesma força do que vem nele explicitado.
- A) V, F, F, V.
  - B) F, V, F, V.
  - C) V, V, F, F.
  - D) F, F, V, V.

### Questão 74

Quanto aos direitos relativos à ordem social, elencados na Constituição Federal, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública destinada a garantir direitos das crianças e dos idosos.
- B) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mesmo ausente contribuição à seguridade social.
- C) Os chamados conceitos vagos ou imprecisos, relativos à Justiça Social, impedem que o Judiciário lhes reconheça efeitos concretos.
- D) A lesão ao meio ambiente sujeita o infrator a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos.

### Questão 75

Nas proposições abaixo, marque “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas, assinalando a alternativa **CORRETA**.

1. São imprescritíveis e inafiançáveis o crime de racismo e a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
  2. Os brasileiros natos poderão ser extraditados em caso de tráfico ilícito de entorpecentes.
  3. Os brasileiros naturalizados podem ser extraditados em caso de tráfico ilícito de entorpecentes.
  4. As provas obtidas por meio ilícito podem prevalecer, na forma da lei.
- A) F, V, F, V.
  - B) V, F, F, V.
  - C) V, F, V, F.
  - D) V, V, F, F.

### Questão 76

Nos julgamentos que envolvam inconstitucionalidade de leis, é **INCORRETO** afirmar:

- A) A ação direta de inconstitucionalidade, julgada no mérito pelo Supremo Tribunal Federal, tem efeitos vinculante e *erga omnes*.
- B) Os juízes de Direito podem declarar a inconstitucionalidade de uma lei.
- C) A Turma de um Tribunal Estadual, ao julgar apelação, pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou negar-lhe aplicação.
- D) A ação direta por omissão se destina a superar omissões inconstitucionais causadas pelo Administrador ou pelo Legislador.

### Questão 77

Quanto Poder Judiciário, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os atos administrativos do Judiciário dispensam sessão pública.
- B) O juiz, com menos de dois anos de exercício, pode perder o cargo, através de deliberação administrativa do Tribunal.
- C) A prática de atos de mero expediente, no Poder Judiciário, pode ser atribuída aos servidores.
- D) As decisões do Poder Judiciário, jurisdicionais e administrativas, devem ser motivadas, pena de nulidade.

### Questão 78

Nas proposições abaixo, marque “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas, assinalando a alternativa **CORRETA**.

1. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), o Mandado de Injunção e a Ação Popular são ações constitucionais.
  2. O *Habeas Data* se destina a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de bancos de dados de entidades governamentais e de caráter privado.
  3. O Mandado de Injunção é meio hábil para corrigir eventual inconstitucionalidade que infirme a validade de ato em vigor.
  4. O cidadão, enquanto tiver os seus direitos políticos suspensos, está inabilitado a propor Ação Popular.
- A) V, F, V, F.
  - B) F, V, F, V.
  - C) F, V, V, F.
  - D) V, F, F, V.

### Questão 79

Dentre as assertivas abaixo, marque aquela **CORRETA**.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar:

- A) Em grau de recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando concessiva a decisão.
- B) Originariamente, nos crimes de responsabilidade, os Desembargadores dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais do Trabalho.
- C) Originariamente, nos crimes de responsabilidade, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- D) Nos crimes comuns, os membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e os Juízes de 1º Grau.

### Questão 80

Quanto à Saúde, é **CORRETO** afirmar:

- A) É legítima a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fim lucrativo.
- B) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários e agentes de combate às endemias, por meio de processo seletivo público.
- C) É livre a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- D) Os Municípios estão isentos de aplicar, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos, derivados de percentuais sobre arrecadação de impostos.

### Questão 81

Nas proposições abaixo, marque “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas, assinalando a alternativa **CORRETA**.

1. Às contribuições sociais mencionadas no art. 149 e seu § 1º da CF, **se aplica** o princípio da anterioridade especial ou nonagesimal.
2. Ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (art. 153, IV, da CF) **não se aplica** o princípio da anterioridade.
3. A imunidade tributária **se aplica** ao patrimônio, renda ou serviços das sociedades de economia mista.
4. A imunidade tributária **não se aplica** às entidades sindicais dos trabalhadores.

- A) V, V, F, F.
- B) F, V, F, V.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.

### Questão 82

Em relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Tem sua base de cálculo fixada por Lei Complementar.
- B) Tem suas alíquotas máximas e mínimas fixadas por Lei Complementar.
- C) Pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- D) Pode ser alvo de isenção definida em Lei Ordinária Estadual.

### Questão 83

Quanto ao imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Incide sobre prestação de fornecimento de energia elétrica.
- B) Incide sobre a prestação de serviços de informática e congêneres.
- C) Incide sobre prestação de serviços de transporte intermunicipal.
- D) Incide sobre serviços de comunicação.

### Questão 84

Quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias - ICMS é **CORRETO** afirmar:

- A) Tem seus contribuintes definidos por lei ordinária.
- B) Poderá ser progressivo, em função das características das mercadorias e dos serviços.
- C) Cabe à lei ordinária federal dispor sobre substituição tributária.
- D) A isenção ou não-incidência não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.

### Questão 85

Em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias –ICMS, marque “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas nas proposições abaixo, assinalando a alternativa **CORRETA**.

1. **Incide** sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior.
  2. **Não** incide sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, combustíveis dele derivados e energia elétrica.
  3. **Não** incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
  4. **Incide** sobre a entrada de bem ou mercadorias importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto.
- A) F, V, F, V.
  - B) V, F, F, V.
  - C) F, V, V, F.
  - D) F, F, V, V.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 86

À luz das disposições constitucionais sobre servidores públicos, é **CORRETO** afirmar:

- A) A primeira investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- B) Segundo o entendimento atual do STF, o direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia plena, independentemente, portanto, de lei infraconstitucional regulamentadora.
- C) As funções de confiança, destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, são exercidas exclusivamente por titulares de cargo efetivo.
- D) A jurisprudência atual do STJ é sumulada no sentido de que a aprovação de candidato em concurso público gera direito subjetivo à nomeação, e não somente expectativa de direito.

### Questão 87

Em se considerando o sistema remuneratório dos servidores públicos, é **CORRETO** afirmar:

- A) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- B) Segundo a Constituição Federal de 1988, os Procuradores Municipais devem ser remunerados obrigatoriamente por meio de subsídios.
- C) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo, incluídas as vantagens pecuniárias.
- D) O teto remuneratório aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para pagamento de despesas de pessoal ou custeio em geral.

### Questão 88

Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que está em consonância com as normas alusivas ao direito administrativo, positivadas no texto constitucional:

- A) A vitaliciedade impede a extinção do cargo.
- B) A vedação constitucional de acumulação de cargos no serviço público incide mesmo quando um dos cargos não for remunerado.
- C) A exoneração possui caráter punitivo e pode ser efetivada de ofício.
- D) A vedação de acumulação se estende a empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

### Questão 89

É possível afirmar que o regime jurídico dos servidores públicos não admite:

- A) efetividade com estabilidade.
- B) efetividade sem estabilidade.
- C) estabilidade sem efetividade.
- D) as três hipóteses são admitidas.

### Questão 90

Tendo em vista a Lei de Licitações, é **CORRETO** afirmar:

- A) Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto na Lei nº 8.666, de 1993, para a realização de concorrência (R\$ 1.500.000,00), é obrigatória a realização de audiência pública.
- B) Os serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei n.º 8.666, de 1993, são exemplificativos e não taxativos.
- C) A Lei nº 8.666, de 1993, permite a participação de empresa em consórcio nas licitações, podendo, inclusive, a empresa consorciada participar, no mesmo certame, isoladamente.
- D) Serviços de publicidade e divulgação somente poderão ser contratados diretamente se os profissionais se enquadrarem na definição legal de notória especialização.

### Questão 91

Segundo a jurisprudência do STJ, são requisitos para aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança, **EXCETO**:

- A) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.
- B) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- C) o ato impugnado no mandado de segurança ter sido expedido por servidor público ocupante de cargo efetivo.
- D) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou as informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

### Questão 92

Antônio, Prefeito do Município “X”, nomeou como Secretário de Saúde João, seu irmão e, por recomendação deste, nomeou seu primo, Tadeu, para exercer o cargo de Superintendente de Assistência Farmacêutica da Secretaria. Inconformado, o Ministério Público ajuizou ação judicial pretendendo liminarmente o afastamento dos ocupantes dos cargos em comissão. Em se considerando que ambos são cargos comissionados de recrutamento amplo, pergunta-se, segundo entendimento sumulado do STF, qual decisão caberá ao Juiz da causa?

- A) Deferir a liminar para afastar somente Tadeu.
- B) Indeferir integralmente a liminar.
- C) Deferir a liminar para afastar somente João.
- D) Deferir a liminar para afastar João e Tadeu.

### Questão 93

Sobre as terras devolutas é correto dizer, **EXCETO**:

- A) Em geral, pertencem aos Estados, ressalvadas aquelas pertencentes à União Federal.
- B) As indispensáveis à defesa das fronteiras pertencem à União Federal.
- C) São bens públicos dominicais.
- D) As indispensáveis à preservação ambiental pertencem aos Municípios.

### Questão 94

Constitui entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, **EXCETO**:

- A) É cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- B) No tribunal de contas estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela assembléia legislativa e três pelo chefe do poder executivo estadual, sendo que, destes, uma escolha é discricionária e as outras duas são vinculadas.
- C) Os créditos de natureza alimentícia não dispensam a expedição de precatório, apenas são isentos da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.
- D) É inconstitucional a imissão provisória independentemente de citação do réu em ação de desapropriação.

### Questão 95

Segundo a mais recente jurisprudência do STJ, a configuração do ato de improbidade administrativa exige a presença do elemento subjetivo (dolo ou culpa) **porque** não é de se admitir a responsabilidade objetiva na conduta do agente público à luz do ordenamento jurídico brasileiro.

Refleta sobre as afirmativas acima e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- B) As duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- C) A primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) A primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

### Questão 96

Não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado quando há falha no serviço prestado **porque** a falha constitui excludente da responsabilidade do Estado.

Medita sobre as afirmativas acima e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As duas são falsas.
- B) A primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- C) A primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) As duas são verdadeiras.

### Questão 97

Não se confundem atributos e elementos do ato administrativo **porque** os elementos se relacionam com a formação do ato, enquanto os atributos são características que o apartam do ato jurídico de direito privado.

Refleta sobre as afirmativas acima e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- B) A primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- C) As duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- D) As duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

### Questão 98

As organizações sociais, assim qualificadas determinadas pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, compõem o aparato do Estado, podendo tanto integrar a administração direta quanto a indireta **porque** foram criadas no direito para auxiliar a atuação do setor público, viabilizando o fomento e a execução de atividades relativas às áreas especificadas pelo legislador.

Refleta sobre as afirmativas acima e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A primeira é verdadeira e a segunda justifica a primeira.
- B) A segunda é falsa e a primeira é verdadeira.
- C) A primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- D) A primeira é verdadeira, mas a segunda não justifica a primeira.

### Questão 99

Os atos administrativos praticados por agentes incompetentes podem ser declarados nulos **porque** os atos administrativos praticados com vício de competência não admitem convalidação.

Refleta sobre as afirmativas acima e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- B) A primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- C) As duas são falsas.
- D) As duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

### Questão 100

Os atos administrativos gozam da presunção de legitimidade (presunção *juris et de jure*) e veracidade (presunção *juris tantum*) **porque** a legitimidade produz a inversão do ônus da prova, ao passo que a veracidade não produz este efeito.

A partir destas afirmativas, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Ambas são falsas.
- B) A segunda é verdadeira e a primeira é falsa.
- C) A primeira é verdadeira e a segunda justifica a primeira.
- D) A primeira é verdadeira, mas a segunda não justifica a primeira.

## FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	35	A	B	C	D	69	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
02	A	B	C	D	36	A	B	C	D	70	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
03	A	B	C	D	37	A	B	C	D	71	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
04	A	B	C	D	38	A	B	C	D	72	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
05	A	B	C	D	39	A	B	C	D	73	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
06	A	B	C	D	40	A	B	C	D	74	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
07	A	B	C	D	41	A	B	C	D	75	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
08	A	B	C	D	42	A	B	C	D	76	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
09	A	B	C	D	43	A	B	C	D	77	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
10	A	B	C	D	44	A	B	C	D	78	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
11	A	B	C	D	45	A	B	C	D	79	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
12	A	B	C	D	46	A	B	C	D	80	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
13	A	B	C	D	47	A	B	C	D	81	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
14	A	B	C	D	48	A	B	C	D	82	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
15	A	B	C	D	49	A	B	C	D	83	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
16	A	B	C	D	50	A	B	C	D	84	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
17	A	B	C	D	51	A	B	C	D	85	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
18	A	B	C	D	52	A	B	C	D	86	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
19	A	B	C	D	53	A	B	C	D	87	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
20	A	B	C	D	54	A	B	C	D	88	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
21	A	B	C	D	55	A	B	C	D	89	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
22	A	R	C	D	56	A	B	C	D	90	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
23	A	B	C	D	57	A	B	C	D	91	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
24	A	B	C	D	58	A	B	C	D	92	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
25	A	R	C	D	59	A	B	C	D	93	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
26	A	B	C	D	60	A	B	C	D	94	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
27	A	B	C	D	61	A	B	C	D	95	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
28	A	R	C	D	62	A	R	C	D	96	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
29	A	B	C	D	63	A	B	C	D	97	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
30	A	B	C	D	64	A	B	C	D	98	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
31	A	R	C	D	65	A	R	C	D	99	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
32	A	B	C	D	66	A	B	C	D	100	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
33	A	B	C	D	67	A	B	C	D		A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
34	A	B	C	D	68	A	B	C	D		A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

**USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.**

**ATENÇÃO:  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO  
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**